

# A crise da escola particular

Dom José Fernandes Veloso

**N**ada mais típico do Estado totalitário (seja de direita ou de esquerda) que a estatização do ensino. Se todas as escolas de um país ficam exclusivamente nas mãos do Governo, este pode moldar as novas gerações num único figurino ideológico, conforme a seus interesses.

Nos países livres e democráticos, é fundamental a liberdade de ensino e o pluralismo escolar. Cabe ao Governo determinar parâmetros comuns a todo o ensino formal e velar pelo cumprimento das leis, sem, entretanto, impor ideologias nem restringir a legítima e indispensável autonomia didática e administrativa das instituições de ensino.

Escolas particulares ou comunitárias não-estatais, de qualquer grau, florescem em todo o mundo livre, sob a proteção do Estado e com seu apoio. Exemplo eloquente são algumas universidades dos Estados Unidos, dentre as mais célebres do mundo, que nasceram e vivem como fundações não-governamentais. A maioria dos países subvenciona (alguns mais, outros menos, sempre exigindo séria e honesta aplicação do dinheiro) escolas e sobretudo universidades. Quando o auxílio é substancial, essas instituições podem viver com anuidades bastante módicas, democratizando realmente o ensino ao dar oportunidade a todos de escolherem a escola ou universidade de sua preferência.

A tradição brasileira segue em linhas gerais esse esquema. Quanto à contribuição financeira e técnica às universidades, já houve maior prodigalidade, mas, por reduzido que ultimamente venha sendo esse auxílio, ele é imprescindível para que os alunos não fiquem ainda mais sobre carregados.

Tenta-se hoje mudar o panorama. Ideologicamente afinadas entre si, algumas correntes orquestram barulhenta campanha para extinguir qualquer ajuda a instituições de ensino não-estatais, martelando o *slogan* que pretendem transformar em preceito constitucional: "Verbas públicas só para o ensino público"... Como se todas as demais escolas e universidades não prestassem verdadeiro serviço público, plenamente reconhecido: contra autoridades universitárias, também do setor privado, cabem mandados de segurança.

Mas esta é apenas uma das tenazes com que se pretende sufocar e extinguir a escola particular.

Não sendo de boa tática propugnar abertamente a estatização do ensino, os ideólogos dessa corrente valem-se da atual e afixiva situação econômico-financeira para, numa demagogia de fácil penetração, negar condições de sobrevivência às instituições não-estatais. Por um lado, apóiam e exaltam as reivindicações de professores e funcionários por melhores vencimentos (aliás muito justas neste torvelinho da espiral inflacionária); e, por outro, instigam alunos e seus pais a recusarem correção no valor das anuidades escolares (igualmente justa), negando assim os recursos financeiros necessários à exigida atualização dos salários. Numa escola de qualquer grau, as despesas de pessoal são as mais elevadas de todas; sozinhas podem alcançar e ultrapassar 60% do custo total de manutenção dos cursos. Assim sendo,

um aumento de 100% a 150% nas despesas de pessoal (como se reivindica) acarreta, *por si só*, mais 60% a 90% no custo do ensino. E ainda há a considerar o aumento crescente das demais despesas, e o "gatilho", já agora mensal, a agravar seriamente, *a cada mês*, o orçamento das escolas.

Negar um aumento proporcional na receita (nas anuidades ou/é noutras eventuais fontes de recursos) é decretar antecipadamente a falência e morte da escola ou universidade. Pois um desequilíbrio desse porte e proporção, entre receita e despesa, aniquila inexoravelmente qualquer economia (pessoal, familiar, empresarial, pública ou privada). Esta é uma realidade incontestável que não significa desconhecimento das agruras de muitas famílias, cujo orçamento se torna a cada dia mais deficiente.

Para vencer suas dificuldades orçamentárias, há algum tempo as universidades estão recorrendo a fundações, cujas rendas preencham o rombo causado pela já histórica defasagem de suas anuidades e pelo decréscimo na contribuição governamental. Este recurso, porém, é limitado e não consegue acompanhar a velocidade da inflação, agravada por uma violenta e progressiva defasagem de anuidades. Além disso, esse recurso não é viável para escolas de pequeno porte, principalmente as de primeiro e segundo graus.

A solução da crise pede a compreensão e cooperação de todos: das próprias escolas, cuidando de racionalizar e minimizar seus custos, sem detimento da eficiência do ensino; da dedicação e idealismo de professores e funcionários, para cooperarem com as medidas de contenção de despesas; dos alunos e suas famílias, aceitando correção justa das anuidades e pagando pontualmente as respectivas prestações; dos poderes públicos, dando sua contribuição específica e proporcionando bolsas de estudo a alunos carentes.

Pseudo-remédio, a descartar por completo, seria a estatização das escolas particulares, franca ou disfarçada, numa política que as inviabilize e praticamente as suprima. E isto por dois motivos:

Primeiro, porque seria agravar ainda mais a péssima situação econômico-financeira do país, atolado na maior dívida externa (a ponto de recorrer à moratória) e numa ainda pior dívida interna; esta, já descontrolada e causadora de nossa inflação tresloucada, cresceria vertiginosamente, pois todos sabem que o serviço público é, em todo o mundo, mais dispendioso que o correspondente empreendimento particular.

O segundo motivo, muito mais grave, é o perigo que a própria estatização do ensino traz em si. Caminho certo para o totalitarismo, seu alimento e principal apoio, a estatização do ensino só poderia ser conscientemente defendida e propaganda por uma democracia suicida.

Que Deus ajude o país a vencer a crise e ilumine nossos constituintes.